



ARTIGOS

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PARA A REPOLITIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Pía RAMÍREZ-VÁSQUEZ

Universidad Nacional Autónoma de México. UNAM

Ciudad de México, México

pramirezvas21@gmail.com

ORCID: 0000-0003-1042-343X

Ilich SILVA-PEÑA

Universidad de los Lagos. IESED-Chile

Osorno, Chile

ilich.silva@ulagos.cl

ORCID: 0000-0001-9118-3989

RESUMO: A sociedade chilena, como outras sociedades da América Latina, foi despolitizada por governos autoritários e neoliberais. Nos últimos tempos há uma repolitização da sociedade. Este artigo é um trabalho de reflexão teórica sobre os processos de repolitização da formação docente. Neste caso, o processo realizado no Chile é analisado a partir de uma perspectiva feminista. Propõe-se que as mudanças ocorridas nos últimos tempos naquele país permitiram que uma série de transformações fosse aberta nos movimentos sociais. Compreendendo o importante papel do professor nas mudanças sociais, o artigo nos convida a reimaginar uma formação docente que reflita sobre as transformações sociais e que, por meio da pedagogia feminista, permita mudanças nos processos de formação.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente, Feminismo, movimentos sociais, constitucion, repolitizacion

CONSTRUCTION OF SPACES FOR THE REPOLITIZATION OF TEACHER EDUCATION FROM A FEMINIST PERSPECTIVE

ABSTRACT: As other societies in Latin America, Chilean society was depoliticized by authoritarian and neoliberal governments. In recent times there are a repoliticization of society. This article is a work of theoretical reflection on the processes of repoliticization of teacher education. In this case, the paper analyzes the process of repoliticization in Chile from a feminist perspective. The theoretical proposal is that the changes that occurred in recent times in Chile allow a series of transformations. These transformation has been opened by social movements. This piece understands the critical role of teachers in social changes. The article invites us to re imagine teacher education that reflects on social transformations and that, through feminist pedagogy, changes can be made in training processes.

KEYWORDS: Teacher education, feminism, social movements, constitution, repoliticization

CONSTRUCCIÓN DE ESPACIOS PARA LA REPOLITIZACIÓN DE LA FORMACIÓN DOCENTE DESDE UNA PERSPECTIVA FEMINISTA

RESUMEN: La sociedad chilena, al igual que otras sociedades en América Latina, fueron despolitizadas por gobiernos autoritarios y neoliberales. En el último tiempo se ha vivido una repolitización de la sociedad. El presente artículo es un trabajo de reflexión teórica sobre los procesos de repolitización de la formación docente. En este caso se analiza el proceso llevado a cabo en Chile desde una perspectiva feminista. Se propone que los cambios suscitados durante el último tiempo en dicho país han permitido abrirse a una serie de transformaciones al interior de los movimientos sociales. Entendiendo el importante rol docente en los cambios sociales, el artículo invita a reimaginar una formación docente que reflexione acerca de las transformaciones sociales y que, a través de la pedagogía feminista permita hacer cambios en los procesos de formación.

PALABRAS-CLAVE: Formación docente, feminismo, movimientos sociales, constitución, repolitización

Introdução

Y mi voz hambrienta no tiene miedo
De cantar por siempre mi libertad

Mi libertad
Monsieur Periné

Este artigo parte da ideia de uma reflexão teórica sobre o feminismo como espaço de ativação política. Isto, a partir do entendimento de que o pessoal é político (MILLET, 1970). O texto inclui a discussão dessa relação. Além disso, essa visão analisa a educação e, especialmente, a formação de professoras, considerando as mudanças que surgiram nos últimos tempos no Chile.

Em outubro de 2019, no Chile, desenvolveu-se um movimento social que gerou uma ruptura na linha histórica que até então era perpetuada pelo neoliberalismo. Neste movimento social, o feminismo teve um espaço central. O “surto social” foi o ponto mais alto. Lá, o movimento feminista foi o principal pilar do processo. Uma das maiores conquistas foi a implementação da paridade de gênero na convenção que propôs a nova constituição.

A partir desse momento, novas imagens foram geradas nos espaços públicos, dando um sentido diferente aos processos de demandas coletivas (RICHARD, 2018; CEA, et al., 2018). É assim que o movimento feminista consegue transmitir um amplo desejo de uma revolução cultural. A convicção pela mudança se estende a todas as formas de expressão e significado, questionando as relações de poder que se manifestam na linguagem e representação do masculino-dominante (RICHARD, 2018). Assim, os eixos de discussão para a transformação social do ponto de vista macropolítico são unidos pelas visões de um amplo movimento feminista.

No caso da pedagogia, sendo uma profissão composta majoritariamente por mulheres, consideramos ser necessária uma profunda reflexão feminista. Pensamos que os processos de formação de professores precisam se conectar com as condições históricas que cercam a relação desigual de gênero. Entendemos a formação de professores a partir de uma perspectiva política. Considerar o feminismo na carreira docente significa contemplar um importante pilar de transformação social que acompanha o novo regime político que está nascendo (MONTENEGRO e CORVALÁN, 2020). E denominamos esse processo de repolitização da formação docente (SILVA-PEÑA et al., 2021), entendendo que o mesmo rompe como o processo de despolitização gerado durante a ditadura cívico-militar e que continua nas décadas seguintes. Um processo de repolitização propõe recuperar o caráter de compromisso coletivo, social e político que a formação docente tinha antes do golpe (OLIVOS-GONZÁLEZ, LÓPEZ-TORRES e SILVA-PEÑA, 2020; PÉREZ, 2017, ZEMELMAN e LAVÍN, 2012). De certa forma, este trabalho nos permite olhar para a transição de um processo de despolitização, realizado desde a década de 1980, para um processo de repolitização. Efetuamos isso a partir dessa perspectiva feminista que amplia a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e culturais.

Construção dos novos espaços de formação

Como podemos esquecer a imagem da estudante encapuzada, sem camisa, com o punho levantado, montada na estátua do Papa João Paulo II que abençoa desde a eternidade a fachada da Pontifícia Universidade Católica? (RICHARD, 2018, p. 120).

No Chile, em 2021, inicia-se um processo constitucional. Falamos de processo porque vai além do que significa a redação da constituição política do Estado do Chile, é um processo de tornar-se um país diferente.

Falamos de um país que deixa para trás as feridas transgeracionais criadas pela violência estatal aplicada na ditadura cívico-militar. A ditadura quebrou comunidades e vidas, esses corpos desaparecidos surgem entre nós, bem como as feridas e os traumas que herdamos. No entanto, esse processo constituinte vai além de recuperar um Chile anterior, trata-se de olhar o futuro com novos olhos. Deixar para trás a constituição implantada pelo fogo significa, ao mesmo tempo, tornar-se uma nova proposta de país.

Somos parte daqueles que pensam que o processo constituinte tem caráter refundacional. Falamos de um momento histórico em que precisamos pensar uma nova educação para este novo tempo. Isto, desafia nossa imaginação sobre o novo tipo de formação de professores. Assim, surge a questão de como podemos ir além das reformas educacionais dos últimos trinta anos. E a partir dessa pergunta, surgem questões-chave: Por quê e para quê é a educação no Chile? Qual é a educação que queremos para o Chile que se constitui hoje? Sabemos que as respostas levarão anos. E, talvez, quando as respostas aparecerem, as perguntas mudem. Também assim saberemos que avançamos no caminho da reconstrução, da reconstituição como país que vive em comunidade. Uma comunidade que se constrói a partir de uma relação íntima, que “começa por olhar nos olhos do outro para expressar amizade, solidariedade ou amor” (MIRZOEFF, 2016, p. 31). Esses olhares mútuos compõem o eixo que nos permite construir mutuamente, gerando subjetividade política e senso de comunidade, algo fundamental para o que está por vir.

Neste contexto refletimos sobre as mudanças no novo Chile. Em particular, defendemos a necessidade de repensar o sistema de desenvolvimento profissional docente. O novo cenário nos desafia a repensar a formação de professores. Assim, a partir do diálogo coletivo entre professores, nos esforçamos para contrariar aquela proposta levantada do experto, com aqueles especialistas que, sob uma lógica de assepsia política, tendiam a silenciar as vozes dos professores (SILVA-PEÑA et al., 2021). A conversa que se inverte neste texto se propõe a resgatar aquelas vozes que surgem dos professores que clamam por uma nova construção educacional.

Como já expressamos em outros escritos, as questões de justiça social e uma perspectiva feminista surgem como essenciais para pensar a formação de professores nestes novos tempos (RAMÍREZ e SEPÚLVEDA, 2017; SILVA-PEÑA et al., 2018). Nossos encontros foram nas salas de aula e também na rua, apoiando desde espaços anônimos, como centenas de milhares, o processo de transformação política do nosso país. Reconhecer-nos como agentes de mudança e reconhecer nossos alunos como agentes de transformação significa dar sentido ao ensino, dando-nos a oportunidade de transformar o ato cotidiano em um processo permanente de reconstrução política de nosso país. Do nosso ponto de vista, fazer justiça social está relacionado com esse ato cotidiano, essa justiça social prática e emocional no dia a dia (SILVA-PEÑA, 2021; SILVA-PEÑA e PAZ-MALDONADO, 2019a; 2019b).

O ano de 2019 mudou o rumo do nosso país. Pensamos que 2019 não teria existido sem a revolução feminista de 2018. Os movimentos do maio feminista (8M) dos últimos anos ampliaram os horizontes do que é possível, mostrando uma força que nos permite garantir que a mudança não seja apenas constitucional, mas que também afetará profundamente a nossa cultura. É assim que vemos, por exemplo, as mudanças nas instituições de ensino superior por meio de programas de gênero (GARCÍA-HUIDOBRO e NAVARRETE, 2021) e as novas leis que avançam a partir de uma visão clara das diferentes instituições de ensino do ponto de vista de gênero.

A luta do feminismo é também a luta pela vida, por uma vida digna. É nesta perspectiva que propomos esta escrita. Consideramos que o feminismo é uma das poucas alternativas que temos atualmente para lutar

contra o capitalismo patriarcal predatório. Por isso, as bandeiras da diversidade sexual, dos povos originários, da defesa dos territórios e do meio ambiente e das feministas, se misturam para avançar nessa nova constituição do país. Desta forma, a reconstrução política do nosso país é conduzida, por uma voz multinacional, inclusiva e feminista. Mas, o quê significa uma proposta feminista no campo da formação?

Reconstruir e redefinir espaços de formação a partir de uma perspectiva feminista

Quando nos referimos ao feminismo que queremos promover, pensamos naquele que vai além da consciência do machismo por parte das mulheres. Estamos falando de um feminismo que deve atingir também os homens para que eles se conscientizem de seu machismo e renunciem a seus privilégios. Só assim podemos erradicar a exploração e a opressão sexista (HOOKS, 2017). Também pensamos naquela aspiração à igualdade que tende a desconstruir a dominação de gênero, ou seja, “a supremacia que marca as relações entre homens e mulheres” (LAGARDE, 2012, p. 121). A partir das instituições de ensino é necessário reconstruir esses espaços, principalmente na formação de professores, ponto fundamental para o desenvolvimento educacional.

Há alguns anos, grandes deficiências foram detectadas a partir de uma perspectiva de gênero nos currículos de pedagogia das universidades chilenas (VIDAL et al. 2020; QUIROZ-FUENTES, SENNAS-VÁSQUEZ e CONTRERAS-SALINAS, 2019; BARRIENTOS, ANDRADE e MONTENEGRO, 2018; CABELLO, 2018; PALMA, 2018). Dessa forma, e considerando as discussões do Maio feminista (PONCE, 2020; ZERÁN, 2018) as discussões em torno da educação a partir de uma perspectiva de gênero ganham um novo impulso e, em particular, um ativismo em torno da educação não sexista (ACUÑA-MOENNE, 2018) que vinha emergindo fortemente desde antes (Del Valle, 2016). É assim que se constitui essa necessidade de repensar os processos de formação de professores em uma chave feminista.

A chave neste sentido está no olhar a partir de uma pedagogia feminista, entendida como uma proposta diferente de gestão do conhecimento “de viradas (linguísticas, conceituais e espaciais)” (BELAUSTEGUIGOITÍA e LOZANO, 2012, p.10). Uma pedagogia feminista é uma pedagogia aberta ao diálogo, reconhecendo os afetos; é uma pedagogia dinâmica e mutável, atenta aos contextos e experiências de todas as pessoas que fazem parte da sala de aula e da comunidade escolar (BELAUSTEGUIGOITIA e MINGO, 1999; MACEIRA, 2008; MONTENEGRO e CORVALÁN, 2020; MONTROYA, 2008). É um convite para mudar os discursos hegemônicos que permanecem na formação docente hoje. Com isso, a referência é transformar o olhar dando mais atenção ao que aqueles sendo estudantes de pedagogia ou aqueles que ensinam em diferentes lugares construíram como saberes. Dessa forma, consideramos a recomendação de Sara Ahmed (2015), quando sugere “que a pedagogia feminista pode se expressar como abertura afetiva ao mundo por meio do ato de maravilhar-se, não como ato privado, mas como abertura do que é possível através do trabalho conjunto” (p. 274). A utopia de pensar os espaços da pedagogia feminista na formação de professores considera um olhar para a construção coletiva. Esse olhar coletivo também é construído a partir dos afetos, algo que talvez em tempos de pandemia tenha se tornado mais importante considerar nos espaços educativos (SILVA-PEÑA et al., 2021).

Uma proposta de formação docente feminista como espaço de repolitização

A luta levantada desde o Maio feminista de 2018 questiona a autoridade e pensa novos caminhos educacionais. Vários grupos feministas propõem essa transformação da violência que se reproduz no mundo adulto. Uma violência aprendida pelos corpos militarizados pela ditadura (CABELLO, 2018). É neste cenário que a demanda por uma Educação Não sexista, ou melhor, a luta pela Educação Sexual Integral (ESI) faz sentido. Considerar-se a partir desse ponto de vista implica reconhecer e rever a dor.

Além disso, uma perspectiva feminista é uma proposta de reflexão sobre os danos que a normatividade de gênero e seu machismo nos faz e que continua se perpetuando em diferentes espaços escolares. Esse patriarcado está presente na escola por meio do uniforme, no currículo, nas ordens dos inspetores, na ausência de educação sexual, nos discursos políticos, nos manuais de convivência escolar e nas brincadeiras.

Para alcançar as transformações de que tanto precisamos, é importante considerar que o Chile é um país que continua tradicionalista em muitos aspectos e se expressa na cultura educacional, em suas práticas cotidianas e nas formas de nos expressarmos corporalmente (CABELLO, 2018). Aqui é importante o que Nelly Richard (2018) aponta:

Lembre-se que grandes setores da direita conservadora culpam a “ideologia de gênero” por ser um artefato malévolo da teoria feminista que destrói o sexo biológico, cuja dualidade complementar (homem/mulher) ordena a família heterossexual como entidade procriadora (...), aborto, diversidade de opções sexuais e a Lei de Identidade de Gênero (pág. 122).

Para esses grupos conservadores é perturbadora a ideia de que se avança na plena igualdade de direitos entre os sexos a partir da autodeterminação das mulheres sobre seus próprios corpos para exercer ou não a livre decisão da maternidade. O feminismo atual escapa da possibilidade de ser cooptado pela política institucional. É justamente essa qualidade que permite que ele fique de fora da captura tecno-operativa (RICHARD, 2018). Algo que complica especialmente os burocratas de direita, pois essas demandas vão além de sua ordem social. Configurando assim o principal entrave às transformações institucionais e políticas que mobilizam as organizações feministas.

Por outro lado, a perspectiva feminista está relacionada à nossa formação emocional, afetiva e romântica. É, afinal de contas, nessas relações pessoais e cotidianas em que construímos a cidadania, a polis. É, o trabalho diário na sala de aula ou na escola, um trabalho político, porque é um trabalho de relações humanas, onde nos tornamos visíveis para os outros e é onde nos tornamos parte de um mundo comum (Arendt, 2018). Por isso, consideramos que a formação de professores é fundamental quando se trata de repolitizar a sociedade. O feminismo constrói esse espaço político na vida cotidiana.

O convite é também para os homens ou para aqueles que exercem esse papel masculino. A sociedade constrange os homens ao mandato patriarcal através da imposição de certas características à sua subjetividade, convertendo-os em muitos casos em vítimas do patriarcado (SEGATO, 2016). As exigências de gestão das emoções também fazem parte do sistema patriarcal. Assim, o masculino se situa como uma forma de exercício do poder e é um modo construção de relações. Uma perspectiva feminista pode contribuir para a religação do “ser homem” com as emoções. Com isso, surge a necessidade do reconstruir um novo tipo de vínculo entre nós, que habitamos este mundo.

Dito isto, entendemos a formação docente a partir de uma perspectiva feminista como uma oportunidade de abrir horizontes que nos permitem imaginar um futuro com um futuro onde todos os corpos têm um lugar (HARAWAY, 1991). Até agora, após anos de mobilização social marcados por uma forte presença feminista, é possível vislumbrar uma politização do feminismo. Luna Follegati (2018), citando Julieta Kirkwood, aponta: “a democracia se constitui como uma dívida intratável dentro de uma sociedade que apela à liberdade, à justiça e à igualdade” (p. 85). Apelando à dívida constante da democracia e à reconfiguração das relações sociais. E nos leva a questionar outras demandas que atravessam particularmente a vida das mulheres, pois são centrais nas tarefas de cuidado. Portanto, transferir essas questões para a formação docente permitiria

que os professores fossem preparados com uma perspectiva que amplia horizontes e os prepara para o que, segundo Edda Gaviola (2018) seria uma transformação civilizatória da humanidade.

Portanto, é fundamental identificar e focalizar o currículo de formação de professores, como espaço fundamental de disputa por essas transformações. Bem, não podemos esquecer que, como destaca Graciela Morgade (2011):

Enquadrar a questão do currículo como um problema de “justiça” política abre outro leque de questões sobre paridade de participação de forma mais complexa ao definir o que é valioso para ensinar e aprender (p. 31).

Portanto, é preciso propor um olhar crítico para aqueles que se interessam pela formação de professores. Sejam eles da academia ou do desenho de políticas públicas, os desafiando a sair de sua zona de conforto e a reimaginar um currículo que permita ampliar fronteiras. Isso significa pensar ao redor de experiências significativas que permitem aos futuros professores ter clareza sobre o que ensinam, como ensinam e contribuem para fortalecer a consciência sobre o que perpetuam no sistema escolar.

Para a filósofa Hanna Arendt (2018), a política é um espaço de relação, de aparição. Postula que a partir da ação que conjuga, que comunaliza, nos inserimos no mundo que nos precede, e utiliza a categoria de natalidade, para perceber que “nascer é aparecer, tornar-se visível para os outros; tornar-se parte de um mundo comum” (p. 18), o que constituiria o primeiro passo para sua aparição como sujeito político e é fundamental para compreender a participação nos círculos feministas.

Experiência em Círculos de Professoras Feministas

Nos últimos anos, no Chile, configuraram-se vários grupos docentes politicamente ativos e que buscam reivindicar outras perspectivas para compreender a profissão. Essa construção de um olhar comum tornou ainda mais visível o machismo que impera no sistema escolar. Esse olhar se dá em torno de um tipo de educação que continua prejudicando as vidas e os corpos das novas gerações. Além disso, as professoras se juntaram na importante tarefa de mobilização para a melhoria das condições de trabalho em uma profissão altamente feminizada (MINEDUC, 2019).

Um dos grupos que destacamos é o Círculo de Professoras Feministas Amanda Labarca, que se declaram “um grupo de professoras feministas que decidiram coletivizar nossas experiências e preocupações sobre preconceitos de gênero nos contextos educacionais em que carregamos nosso trabalho” (Círculo Amanda Labarca, s/p) que seu objetivo principal é fornecer embasamento para as discussões sobre educação não sexista. Assim como vale destacar o Coletivo Pizarra Chueca (s/p), que se declara como um coletivo de “Professorxs da diversidade e da dissidência sexual, por uma Educação não sexista, inclusiva e política” (Colectiva Pizarra Chueca, s/ p).

Como última amostra de grupos de transformação na perspectiva feminista, reconhecemos o importante trabalho realizado pela Rede de Professoras Feministas (REDOFEM), que desde 2018 se une em torno da luta pela Educação Sexual Integral (ESI). O Chile é o único país do cone sul que não possui programas de estudos para educação sexual (OLIVARES, 2020), proporcionando um importante objetivo de unir a luta dessa rede.

A REDOFEM também assumiu a tarefa de visibilizar as condições de trabalho que as mulheres-professoras enfrentaram durante a pandemia. Por meio de uma pesquisa elaborada por professores da rede REDOFEM participaram mais de 13 mil docentes em todo o território nacional, foram alcançados resultados que mostram

as difíceis condições onde os professores trabalham (LUQUE et al., 2021). O relatório mostrou que os professores exercem principalmente dois trabalhos imateriais, fundamentais para a sustentação da vida em sociedade: o trabalho pedagógico e o trabalho de cuidado. Além disso, nesses dois empregos imateriais, um deles (cuidado) não é remunerado. Assim, no contexto da pandemia e do teletrabalho, as tarefas de trabalho remunerado e não remunerado sobrepõem-se. Essa sobreposição de tarefas impacta sua vida pessoal e familiar. Um exemplo disso é o número de horas diárias que os professores utilizam em atividades laborais remuneradas e não remuneradas. Dados alarmantes foram obtidos da pesquisa: 16,5 horas de trabalho remunerado e 8,5 horas de trabalho não remunerado. Essa distribuição de tempo implica que eles devem trabalhar em horário de intervalo, finais de semana, realizar várias tarefas simultaneamente, entre outras. Afetando principalmente as professoras que também são mães.

O referido relatório também tornou visíveis as profundas implicações afetivas e vinculativas do trabalho docente, que fazem parte de um conjunto de relações sociais mais amplas, algo que emerge com especial força em tempos de crise como o que vivemos atualmente. Em particular, assumindo papéis inéditos que vão além do que era feito antes da pandemia, como apoiar famílias de alunos e seus próprios colegas, ou pagar com recursos próprios os materiais escolares para seus alunos. Essa situação mostra que os professores estão longe de ser apenas técnicos que reproduzem um currículo, ou simples executores de instruções, como se entende há muito tempo na perspectiva daqueles que tomam decisões sobre a política educacional no Chile (LUQUE et al., 2021, p. 43).

A primeira autora deste texto, que faz parte do coletivo REDOFEM, aponta a importância de participar dessa rede. Ela afirma que:

É uma experiência poderosa e enriquecedora que mostra ser possível se posicionar a partir de uma fronteira produzida por um trabalho acadêmico comprometido com as necessidades de professores e professoras, e como é possível dar conta do valor das experiências das mulheres -professores como eixos centrais para sustentar o sistema educacional durante a crise de saúde. A participação nestes espaços significou um renascimento para a vida em comum, um reencontro com os olhares de outros que carregam as mesmas cicatrizes, mas que se colocam à disposição para um propósito comum (Ramírez, 2022, comunicação pessoal).

Essa experiência mostra que nós, as professoras, podemos construir e sistematizar experiências a partir do trabalho coletivo e desinteressado, abrindo espaços para revelar e compartilhar experiências de opressão que muitas vezes são invisibilizadas pela cultura patriarcal. Mostra que diferentes competências, habilidades e experiências podem ser acionadas fora das lógicas mercantis que apenas promovem a competição e o individualismo. Dentro desse grupo é possível apreciar, com acertos e erros, a geração de valiosos saberes como ato de justiça, por tantas mulheres-professoras, que do trabalho invisível e pouco valorizado que realizam diariamente em suas casas, sustentam a escola e seu sistema, além de conter suas comunidades.

O mais valioso desses grupos é que eles propõem lógicas organizacionais internas diferentes das lógicas verticais e hierárquicas que caracterizam muitas das instituições patriarcais que fazem parte do nosso imaginário. Aqui não há um único líder responsável pela tomada de decisões. Mas todos eles são uma parte importante, todos podem compartilhar seu ponto de vista e levantar suas preocupações, necessidades e emoções, vivenciando lógicas de horizontalidade que em muitos casos são novas para nossas comunidades, acostumadas a lógicas verticais, hierárquicas e patriarcais. O exposto é fundamental para pensar o feminismo

como articulação política. Além das abundantes definições teóricas que circulam, o que dá muita esperança de que conseguimos pensar em nós mesmos coletivamente e que, apesar das dificuldades, podemos construir juntos e gerar uma contracultura, algo que levanta um ponto brilhante para o futuro.

Conclusões

Quem escreve este artigo é testemunha de que há anos a necessidade de desenvolver o pensamento crítico nos futuros professores tem sido afirmada nos discursos que circulam na formação docente. E é aí que vale a pena nos perguntarmos, para quem serve o pensamento crítico na formação de professores se não nos permite dar conta das opressões históricas que vivemos no sistema escolar como meninas, mulheres e corpos feminizados? De quem adianta declarar o desenvolvimento do pensamento crítico se não há uma reflexão historicizada que considere aspectos que sustentaram e enfraqueceram sistematicamente uma profissão altamente feminizada?

É neste momento histórico, neste novo ciclo político que o Chile vive, que devemos reimaginar a formação docente, que se constitui como um reflexo das transformações sociais que estamos vivenciando; é a oportunidade de se conectar com essas experiências fundamentais para a vida. E nessa caminhada, o feminismo pode ser a chave para calibrar o olhar, encontrar pontos de fuga e nos situar a partir do que é necessário para aquele novo país. No Chile, surgiram experiências coletivas que, como tal, têm um forte componente político que nos permite imaginar que esse caminho é possível. E que de diferentes lugares e projetos coletivos possamos imaginar um país diferente, para o qual devemos começar por refazer o presente e agir.

Um dos espaços para promover essa ação é a formação docente, portanto, repolitizar a formação docente a partir de uma perspectiva feminista pode ser um ato pedagógico restaurativo e de justiça. Propomos o feminismo como uma alternativa real para imaginar o futuro e contribuir para a construção deste novo Chile, a partir da formação de professores, já que o vínculo entre o feminismo e a defesa da vida humana e não humana é um dos pontos de fuga que vemos. Enfrentar o mundo devastado em que vivemos e imaginar um futuro com um futuro onde acontecem diferentes corpos e existências (HARAWAY, 1995, 2019). São esses espaços coletivos feministas que permitem repolitizar a formação docente. Embora, por enquanto, esses espaços estejam à margem dos processos institucionais, estamos confiantes que, lentamente, eles se tornarão parte central dos processos de formação das novas gerações de professores. Assim, caminharemos para a constituição de um novo país a partir de uma nova perspectiva social, política e, claro, pessoal.

AGRADECIMENTOS: *Agradecemos o trabalho diário realizado por quem participa do movimento feminista chileno e principalmente as professoras que agregam mais tarefas em um contexto de opressão. É essa luta que nos inspira a refletir. Agradecer também a retroalimentação feito por Michel Riquelme e Catalina Montenegro. Embora todos os erros ou omissões sejam de nossa responsabilidade direta como autores.*

Agradecemos também ao projeto: ANID Fondecyt 1201882 Alfabetización micropolítica de educadoras de párvulos en proceso de formación inicial,

Além disso, agradecemos ao Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT-México) por beca recibida para estudios doctorales en México e para o projecto RED 21995.

REFERÊNCIAS

ACUÑA-MOENNE, María Elena. Apuntes para pensar en una educación no sexista. *Anales de La Universidad de Chile*, 14. p.109–123. Disponible en: <https://doi.org/10.5354/0717-8883.2018.51141>. 2018

AHMED, Sara. La política cultural de las emociones. (C. Olivares, Trad.) Centro de Investigaciones en Estudios de Género, Universidad Nacional Autónoma de México. Libros UNAM, 2015.

ARENDT, Hannah. ¿Qué es la política? (Rosa Sala Carbó, Trad). Barcelona, España: Paidós, 2018.

BARRIENTOS, Pablo, ANDRADE, Danitza, MONTENEGRO, Catalina.. La formación docente en género y diversidad sexual: Tareas pendientes. Cuaderno de Educación. Desarrollo Profesional. Facultad de Educación Universidad Alberto Hurtado, 81, 1–13. http://mailing.uahurtado.cl/cuadernosdeeducacion/81/documentos/desarrollo_profesional_81.pdf. 2018.

BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa; LOZANO, Rían. Introducción. Girar y contorsionar el mundo. Ponerlo al revés. Em: Belausteguigoitia, M. y Lozano, R. (Coords.) *Pedagogías en Espiral. Experiencias y prácticas*. Centro de Investigación en Estudios de Género. Universidad Nacional Autónoma de México. Libros UNAM, 2012.

BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa; MINGO, Araceli. Fuga a dos voces. Ritmos, contrapuntos y superposiciones del campo de los estudios de género y la educación. Em: Belausteguigoitia, Marisa y Mingo, Araceli (Comp.), *Géneros Prófugos* (pp.13-53). México: UNAM, 1999.

CABELLO, Cristeva. Educación no sexista y binarismos de género. Agitaciones feministas y disidencias sexuales secundarias en la escuela. Em: Zerán, F. (Ed.) *Mayo Feminista. La rebelión contra el patriarcado*. 21-34. Santiago: Lom Ediciones, 2018.

CEA, Amanda, OPAZO, Amanda, DEVAUD, Ana María, LAMADRID, Silvia, RETAMAL, Patricia, ZAGAL, Geanina, GATICA, Valentina, MARTINEZ, Naira, KVYEH, Raye, GONZÁLEZ, Doris. Educación no sexista. Educación feminista. *Le monde diplomatique*. 2018.

CÍRCULO AMANDA LABARCA. Información. Revisado el 20 de septiembre de 2021. <https://www.facebook.com/circuloamandalabarca>. s/f.

COLECTIVA PIZARRA CHUECA. Revisado el 20 de septiembre de 2021. https://www.instagram.com/pizarrachuecacollectiva/?utm_medium=copy_link. s/f

DEL VALLE, Silvana (Ed.) Educación No Sexista. Hacia una Real Transformación. Red Chilena contra la Violencia hacia las Mujeres. 2016.

FOLLEGATI, Luna. El constante aparecer del movimiento feminista. Reflexiones desde la contingencia. Em: Zerán, F. (Ed.) *Mayo Feminista. La rebelión contra el patriarcado*. 77- 90. Santiago: Lom Ediciones, 2018.

GARCÍA-HUIDOBRO, Rosario, NAVARRETE, Karen. Nuevos desafíos territoriales para las universidades. Equidad en acceso y formaciones libres de estereotipos. En I. Silva-Peña, M. A. Oliva, O. Espinoza y E. Santa

Cruz (Eds.), Estallido Social en Chile. Lecturas sobre discriminación y desigualdad educativa (pp. 63-77). Editorial UTEM. 2021.

GAVIOLA, Edda. Apuntes sobre amistad política entre mujeres. Em: Korol, C. y Gaviola, E. A nuestras amigas sobre la amistad política entre mujeres. Buenos Aires: Pensaré Cartoneras, 2018.

HARAWAY, Donna. Ciencia, cyborgs y mujeres. La invención de la naturaleza. Madrid: Cátedra, 1995.

HARAWAY, Donna. Seguir con el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno. Buenos Aires: Consonni. 2019.

HOOKS, Bell. El feminismo es para todo el mundo. Madrid, España: Traficantes de sueños, 2017.

LAGARDE, Marcela. El feminismo en mi vida. Hitos, claves y topías. Instituto de las mujeres del Distrito Federal. Gobierno del Distrito Federal. Disponible en: <https://www.legisver.gob.mx/equidadNotas/publicacionLXIII/ElFeminismoenmiVida.pdf>. 2012,

LUQUE, Daniela; VALDEBENITO, Fabiola; HENRÍQUEZ, Rocío; RAMÍREZ, Pía; GONZÁLEZ, Cristhy; VEGA, Natalia; LLANQUINAO, Elizabeth. Investigación Docente Red Docente Feminista. REDOFEM. 2021.

MACEIRA, Luz. El Sueño y la Práctica de Sí: Pedagogía Feminista: Una Propuesta.: El Colegio de México, A.C., Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos. México D.F, 2008.

MINEDUC. Estadísticas de la Educación 2018. Santiago, Chile. <https://centroestudios.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/100/2019/11/ANUARIO-2018-PDF-WEB-FINALr.pdf>. 2019

MILLET, Kate. Política sexual. Madrid: Ediciones Cátedra, 1970.

MIRZOEFF, Nicholas. El derecho a mirar. (D. Montero, Trad.) Revista científica de Información y Comunicación, 13, 29-65. Disponible en: <https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/358>. 2016.

MONTENEGRO, Catalina, CORVALÁN, Alejandra. Desplazamientos desde las pedagogías feministas: reflexiones posibles para un ejercicio docente situado. Femeris. Revista Multidisciplinar de Estudios de Género, vol.5, nº3, 8-29. 2020.

MONTOYA, María Milagros. Enseñar: una experiencia amorosa. Madrid: Sabina. 2008.

MORGADE, Graciela. Toda educación es sexual: hacia una educación sexuada justa. Buenos Aires: La Crujía. Disponible en: https://www.bba.unlp.edu.ar/uploads/docs/esi_18_morgade___toda_educacion_es_sexual.pdf. 2011.

OLIVARES, Rosario. ¿Qué está pasando en EIS en Chile?. Revisado el 20 de septiembre del 2021, desde: <http://legacy.flacso.org.ar/newsletter/intercambieis/09/esta-pasando-eis-chile.html>. 2020.

MONTENEGRO, Catalina; CORVALÁN, Alejandra. Desplazamientos desde las pedagogías feministas: reflexiones posibles para un ejercicio docente situado. *Femeris. Revista Multidisciplinar de Estudios de Género*, vol.5, n.3, 8-29. 2020.

MONTOYA, María Milagros. *Enseñar: una experiencia amorosa*. Madrid: Sabina, 2008.

OLIVOS-GONZÁLEZ, Fernanda; LÓPEZ-TORRES, Lorena; SILVA-PEÑA, Ilich. Revisitando las escuelas normales en Chile. Hacia una recuperación de la historia de la formación del profesorado. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, 12(23), 139–152. 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.31639/rbfp.v12i23.306>

PÉREZ, Camila. Escuelas normales en Chile: una mirada a sus últimos intentos de modernización ya su proceso de cierre (1961-1974). 2017 *Museodelaeducacion.gob.cl*. http://www.museodelaeducacion.gob.cl/648/articles-79564_archivo_01.pdf

PONCE, Camila. El movimiento feminista estudiantil chileno de 2018: Continuidades y rupturas entre feminismos y olas globales. *Izquierdas*, 49(octubre), 1554–1570. Disponible en: http://www.izquierdas.cl/images/pdf/2020/n49/art80_1554_1570.pdf. 2020.

QUIROZ-FUENTES, Violeta, SENNAS-VÁSQUEZ, Melissa, & CONTRERAS-SALINAS, Sylvia. Profesores noveles y representaciones de género en el marco de la educación inclusiva. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, 13(2), 243–257. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-73782019000200243&script=sci_art-text. 2019.

PALMA, Irma. Debates abiertos en la coyuntura sobre las instituciones universitarias por las estudiantes del movimiento mayo feminista. *Anales de la Universidad de Chile*, no14, 89-107. 2018.

RAMÍREZ, Pía, SEPÚLVEDA, Carmen. Desafíos para una formación de profesores que considere la diversidad y la inclusión en contextos diversos. En: G. González-García, I. Silva-Peña, C. Sepúlveda, y T. Del Valle (Eds.). *Aportes de la Investigación desarrollada en la Facultad de Educación de la Universidad Católica Silva Henríquez a la formación de profesores*. Santiago: Editorial UCSH, 2017.

RICHARD, Nelly. La insurgencia feminista de mayo 2018. Em: Zerán, F. (Ed.) *Mayo Feminista. La rebelión contra el patriarcado*. 115-125. Santiago: Lom Ediciones. 2018.

SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Madrid, España: Traficantes de sueños, 2016.

SILVA-PEÑA, Ilich; HORMAZÁBAL-FAJARDO, Roxana; GUÍÑEZ-GUTIÉRREZ, Carla, QUILES-FERNÁNDEZ, Emma; RAMÍREZ-VÁSQUEZ, Pía. Explorando las relaciones de género en la escuela: Indagaciones narrativas para la justicia social. Em: D. Ferrada (Ed.), *Reflexiones y experiencias educativas desde las comunidades. Investigación en educación para la justicia social* (pp. 79–94). Chile: Ediciones UCM. 2018.

SILVA-PEÑA, Ilich, HIZMERI-FERNÁNDEZ, Julio, HORMAZÁBAL-FAJARDO, Roxana, GONZÁLEZ-GARCÍA, Gustavo, ROJAS-RODRÍGUEZ, Bessie, & JARA-ILLANES, Enriqueta. Repolitización de la formación inicial docente en un Chile post pandémico. Em M. Romero Jeldres & S. Tenorio Eitel (Eds.), *La educación en tiempos de confinamiento. Perspectivas de lo pedagógico* (pp. 511–536). Fondo Editorial UMCE/Ariadna, 2021.

SILVA-PEÑA, Ilich. Justicia social como eje de la formación inicial docente. En I. Silva-Peña, M. A. Oliva, O. Espinoza y E. Santa Cruz (Eds.), *Estallido Social en Chile. Lecturas sobre discriminación y desigualdad educativa* (pp. 203-215). Editorial UTEM, 2021.

SILVA-PEÑA, Ilich, PAZ-MALDONADO, Eddy. Una reflexión acerca de la indagación narrativa autobiográfica en formadores/as de docentes para la justicia social. *Perspectiva Educacional*, 58(2), 169-189. 2019a.

SILVA-PEÑA, Ilich, PAZ-MALDONADO, Eddy. Formación docente para la justicia social desde la perspectiva emocional: Indagaciones narrativas en el contexto de la revolución del torniquete. *Revista Interuniversitaria de Formación Del Profesorado. Continuación de La Antigua Revista de Escuelas Normales*, 33(3). 2019b.

VIDAL, Francisco, PÉREZ, Isabel, BARRIENTOS, Jaime, GUTIÉRREZ, Geraldine. Educación en Tiempos del Género. Consideraciones en Torno a una Educación No Sexista y No Generista. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, 14(2), 21–37. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-73782020000200021&script=sci_arttext&tlng=n. 2020.

ZEMELMAN, Myriam, LAVIN, Sonia. Formación normalista versus formación docente universitaria: un rescate histórico de aprendizajes y desafíos de educación. *ISEES: Inclusión Social Y Equidad En La Educación Superior*, 11, 17–44. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4421602.pdf>. 2012.

ZERÁN, Faride. Mayo feminista: La rebelión contra el patriarcado. LOM ediciones. https://www.academia.edu/download/65119026/Saavedra_y_Toro_Mayo_feminista.pdf. 2018.

RAMÍREZ-VÁSQUEZ, P.; SILVA-PEÑA, I.; Construção de espaços para a repolitização da formação docente a partir de uma perspectiva feminista. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte. Vol. 14, nº. 31 (p. 17-30) 31 dez. 2022. ISSN: 2176-4360. DOI <https://doi.org/10.31639/rbfp.v14i31.655>

